



## **A Teologia da libertação embutida no pensamento de Leonardo Boff: Uma iluminação para as Comunidades Eclesiais de Base**

### *Liberation Theology embedded in Leonardo Boff's thought: Enlightenment for the Basic Ecclesial Communities*

José Cândido da Silva Nóbrega<sup>1</sup>, Cícera Gomes Bezerra<sup>2</sup>, Matheus Matos Ferreira Silva<sup>3</sup>, Iago Cavalcante Félix<sup>4</sup>, Vicente Gonçalves da Silva Neto<sup>5</sup> e João Paulo Borges de Queiroz<sup>6</sup>

**RESUMO** - O artigo em tela parte da observação de escritos de Leonardo Boff (1986) que explica que a teologia da libertação surgiu ouvindo o “grito do oprimido”, para os pobres, mulheres, índios, negros, estigmatizados pela discriminação, os ecossistemas e a Terra. Nesse diapasão, o presente manuscrito visa compreender como a teologia da libertação se engaja para o desenvolvimento do indivíduo de forma honrada e humanizadora, e também será uma oportunidade para o pesquisador descrever práticas libertadoras baseadas nessa teologia que originaram projetos como as Comunidades Eclesiais de Base.

**Palavras - chave:** Teologia; Desenvolvimento; Leonardo Boff.

**ABSTRACT** - The article in question starts from the observation of Leonardo Boff's writings (1986), which explains that liberation theology arose by hearing the “cry of the oppressed”, for the poor, women, Indians, blacks, stigmatized by discrimination, ecosystems and the Earth. In this tuning fork, the present manuscript aims to understand how liberation theology engages for the development of the individual in an honorable and humanizing way, and it will also be an opportunity for the researcher to describe liberating practices based on this theology that originated projects such as the Basic Ecclesial Communities.

**Key words:** Theology; Development; Leonardo Boff.

Recebido em 02/09/2020; aceito em 19/11/2020 e publicado em 20/01/2021

<sup>1</sup>Graduado em Administração; Graduado em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR); MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Especialista em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco; Mestre pelo PPGSA - UFCG e Mestre em Negócios Internacionais -MUST, E-mail: jcandidosn@uol.com.br.

<sup>2</sup>Advogada, Graduada em Direito, História e Pedagogia, E-mail: cicinhajucas@hotmail.com.

<sup>3</sup>Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: matheusmatosfs@gmail.com;

<sup>4</sup>Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: iago.cavalcante45@gmail.com;

<sup>5</sup>Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: vicentesilva12832@gmail.com;

<sup>6</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: jpb-queiroz@hotmail.com.

**RBFH ISSN 2447-5076 (Pombal - PB, Brasil), v. 10, n. 1, p. 51-56, jan. - jun., 2021**

*<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH>*

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos elementos de sustentação do discurso e da prática das CEBs é, sem dúvida, a Teologia da Libertação. A Teologia esta que surge como um momento segundo, das chamadas praticas libertadoras na América Latina. Práticas que são reelaboradas e sistematizadas por intelectuais que talvez pudessem chamar-se de teólogos orgânicos.

Segundo Leonardo Boff (2002), a Teologia da Libertação é feita a partir de um Lugar social: “junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando suas lutas”. Pobres que “em grande parte cristã, irrompem; animados pela fé, esclarecida nos círculos bíblicos e vivida em Comunidades Eclesiais de Base ou em pequenos grupos de reflexão e ação, se organizam, não aceitam morrer antes do tempo e lutam por alternativas que atendam melhor suas necessidades básicas e lhes proporcionem uma vida minimamente digna” (BOFF, *Ibidem*, p. 81).

As CEBs encontram, pois, na Teologia da Libertação, uma explicação ou mesmo uma fundamentação para sua própria vivência; e, ao mesmo tempo, contribuem para o avanço desta teologia. As CEBs estão situadas no campo, compondo-se então, de trabalhadores rurais ou pequenos proprietários, e nas periferias das grandes cidades ou nas pequenas cidades

periféricas do mundo capitalista. Só há necessidade de sua localização para atestar a situação de pobreza do mundo capitalista, e esta também para revelar a situação de pobreza dos seus componentes. Basta com isso, prestar atenção aos problemas levantados para se fazer uma imagem bem fiel das comunidades: de um lado, falta de terra, grilagem de terra, expulsão, capim plantado de avião, máquinas tomando Lugar do trabalhador, gado substituindo a lavoura, sindicatos frescos, etc.; de outro lado, favelas, falta de água, de esgoto, calçamento, salário baixo, desemprego, problemas de transporte coletivo, poluição, prostituição, etc.

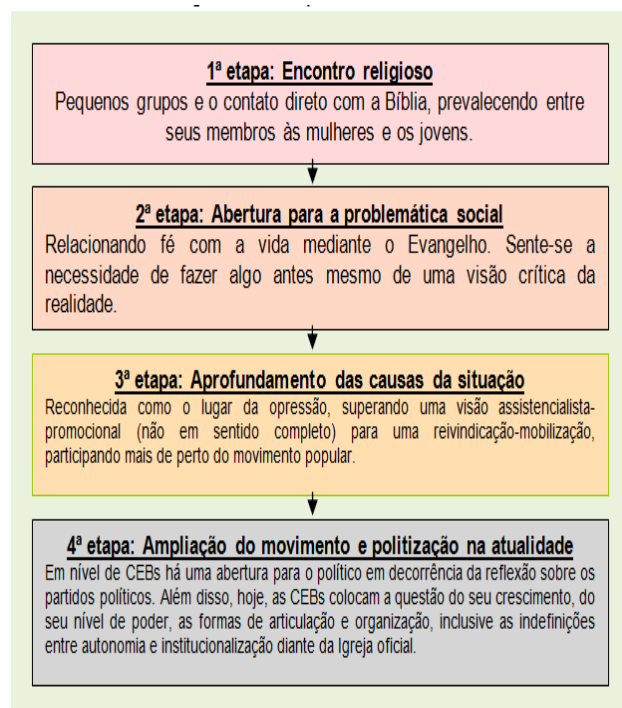
As CEBs são constituídas por pessoas de baixo poder aquisitivo. Convém a partir de uma ótica diferente perguntar a respeito da população brasileira como participante da riqueza aqui gerada. Desta forma, identificaremos uma parte dessa população como sendo “de baixa renda” e conheceremos melhor a situação econômica da população componente das CEBs. Interessante ressaltar que, sendo a participação do leigo uma das características marcantes da chamada “Igreja da Pastoral Planejada”, os passos dados neste sentido foram bastante tímidos, em se tratando da participação interna à Igreja, principalmente no que diz respeito às decisões. O incentivo para a tomar parte do contexto social, inclusive em termos de decisões, foi e continua sendo bem maior.

Apesar do incentivo à participação do leigo, a presença e tutela do sacerdote como representante da hierarquia e, como consequência, da instituição, tem sido marcante. “Toda a confiança que depositamos no leigo será frustrada sem a orientação renovada e libertadora que virá por meio dos presbíteros”<sup>1</sup>.

As CEBs, como “primeiro e fundamental núcleo eclesial deve, no seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão”<sup>2</sup>.

Conforme Portilla (1994), reconhecemos quatro etapas na evolução das CEBs, não necessariamente cronológicas. Com base em uma interpretação Heideggeriana, as evoluções das CEBs, podem ser descritas da seguinte forma:

Figura: Etapas nas CEBs



Fonte: Autoria própria (2016).

Pode-se elencar os elementos que são mais comuns nas CEBs, evidentemente sem esquecer as diferenças regionais e situações próprias a cada comunidade: o senso comunitário, o sentido da participação, a consciência do povo, a convergência para a Bíblia, a dimensão política.

As reuniões são de 30 a 50 pessoas, uma vez por semana ou mais. Os relatórios das CEBs sempre assinalam o fato das reuniões tendo em vista a sua realidade local, interesses comuns (na área rural ou urbana), formando-se grupos de culto, evangelho, de cooperativas, etc.

Na prática, o encontro de pessoas unidas por interesses afins resultam em relações primárias para relacionamentos mais profundos na comunhão de ideias e vivências. Atravessa no comunitário o momento da espontaneidade, desencadeando certo dinamismo que permite

<sup>1</sup> In Carta Pastoral de D. Gilberto Pereira Lopes, **Campinas, arquidiocese campina**, 1978, p. 25.

<sup>2</sup><http://www.diocesedeumarama.org.br/diocese.php?id=9>

novos relacionamentos. Opõe-se, portanto, a uma Igreja formal, hierarquizada, “paroquial”, onde permanece a estrutura normativa.

Encontram-se hoje comunidades em que leigos assumem responsabilidades efetivas na orientação da pastoral, contribuindo para certa diminuição da presença da estrutura eclesiástica e possibilitando maior expansão da ação das comunidades. A participação ativa incide sobre a Igreja oficial que se vê obrigada a uma revisão e renovação coerente. Ela então se dá conta de seus velhos laços com o poder.

A partir daí toma consciência do necessário processo de democratização interna, provocando logicamente certo afastamento do poder, para assumir funções de cunho comunitário mais realista.

Toma forma uma Igreja que nasce com o povo, de base. O assumir da base adquire gradualmente poder e consegue interferir na orientação da pastoral, sem deixar de lado que há comunidades de leigos que entram no esquema do padre onde este acaba neutralizando lideranças. Apesar disso, a participação do povo é fundamental como processo educativo na caminhada das CEBs.

Entendemos participação no duplo sentido de tomar parte e de assumir a responsabilidade da decisão e escolha, pois somente ao tomar parte realiza a dialética do indivíduo e do grupo, a única que pode produzir a mudança e a criatividade. Esta ação tem o significado da ação e da liberdade, como

iniciativa de começar algo novo. A participação é o jogar da liberdade no seio da comunidade.

A comunidade vai tomando consciência (capacidade humana para planejar, refletir e criticar) de que é povo marginalizado, pobre e explorado na sociedade atual e que constitui a imensa maioria da população. Por isso as Conclusões do I Encontro da Vitória<sup>3</sup> afirmava que trabalho de CEB é em atenção ao Evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica numa clara opção pelos oprimidos.

Igreja do “povo” significa que o povo se torna ponto de referência de toda pastoral e sintoma de eficácia do trabalho de base onde a tarefa educativa consiste em possibilitar um espaço a fim de que o povo possa manifestar sua fala e encontrar seus caminhos. Mais ainda: a sociedade mais justa poderá aparecer na medida em que as classes populares consigam seus direitos e maior participação.

Conforme Portilla (1994) existe a necessidade de explicar o conceito “povo” que está presente em todo momento para indicar quem são os membros destas comunidades, inclusive para indicar o sentido desta renovação eclesial. As CEBs, já dissemos, formaram-se especialmente na zona rural. Multiplicando-se também nas periferias das grandes cidades, evoluem entre moradores de bairros pobres.

---

<sup>3</sup> Este encontro foi realizado no ano de 1975 Fonte: PIME, ORG, 2013: site <http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm>

Nas cidades as comunidades têm mais dificuldades de aproximação, notando-se maior presença das mulheres às reuniões. Na cidade o “povo” fica mais indiferenciado e em certos momentos acaba ligando-se a grupos como “Sociedade Amigos do Bairro”, onde a solução para os problemas em nível de bairro são imediatistas como saneamento básico, luz, luta contra o custo de vida, etc.

Na medida em que as comunidades aprofundam a sua vivência, diríamos como Paulo Freire, passa da visão mágica (fatalista) à consciência ingênua (populismo), para chegar finalmente à consciência crítica (consciência de classes). Tomam consciência que é, pelo seu trabalho, fé, oração, o “povo de Deus” caminhando na história, um povo redescobrimdo o valor de viver fraternalmente. Isto é muito real na quase totalidade das comunidades de base. Sabem que estão excluídos das vantagens do sistema.

O povo de Deus das CEBs tem a Bíblia como um grande instrumental que faz a relação com suas práticas, especialmente o Evangelho, constituindo-se força dinamizadora e libertadora.

A Bíblia é lida em círculos públicos, reuniões de culto. Embora a leitura bíblica seja tradicionalmente livro de bolso dos protestantes, a redescoberta da Bíblia pelos católicos já estava entre os leigos com o movimento da Ação Católica. Atualmente se popularizou entre as comunidades católicas: leituras, comentários,

roteiros, relacionamento com a vida, constituem os pontos centrais de seu uso.

A manifestação histórica dos pobres que se apropria, até certo ponto, o Evangelho como fonte da inspiração e esperança de sua luta por libertação está profundamente enraizada na tradição bíblica.

As CEBs externam alguns bloqueios no contato com a Bíblia: 1) muitos não sabem ler, mas estão inventando métodos para superar isso com teatro, poesia, pintura, contos; desta forma estão fazendo a seu modo a “Bíblia dos pobres”. Conclusão, muitos que não leram a Bíblia conhecem-na a partir do canto; 2) aparece outro obstáculo quando a Bíblia está muito distante da comunidade e desligada da realidade: é ambígua e nada pode ser mudado, tudo passa a ser entendido literalmente.

Hoje, o povo das comunidades está colocando a Bíblia em segundo Lugar. A vida está em primeiro, a palavra de Deus é uma “experiência-modelo” de vida das primeiras comunidades antigas e as pessoas das CEBs encontram nela a alavanca de caminhada para uma nova sociedade. A Bíblia não é um objetivo a ser alcançado; não é um modelo de perfeição humana para ser copiado, mas é antes de tudo uma luz que ilumina a vida dos pobres, cheia de pedras da injustiça das desigualdades, do sofrimento.

Para as CEBs, a política é o resultado normal do processo de organização, conscientização, ação (muitas comunidades chegaram a essa dimensão, outras ainda estão

bem atrás). Apesar de tudo, sempre houve o conteúdo político latente na medida em que o discurso religioso (enquanto discurso histórico) nunca foi neutro. Ele é portador de uma mensagem.

A dimensão política das CEBs incomoda a Igreja institucional (setores) e o Estado. O comportamento e a fala política da denúncia pode servir para o Estado como argumento para controlar as CEBs através da própria Igreja e esta pode barrar a atuação política das comunidades. Realmente, setores da Igreja mais hierárquica e autoritária são levados mais facilmente a apoiar a autoridade civil. Em nível mundial isto se notou a partir de 1984 quando o Vaticano (via João Paulo II) e Reagan aproximaram-se e pressionaram a Teologia da Libertação.

Na medida em que as CEBs realizarem uma Igreja popular e democrática, que questione o poder hierárquico, poderão quebrar os velhos resquícios da aliança Igreja-estado e tornar-se-ão o estigma de oposição na sociedade, obrigando a Igreja institucional a definir de que lado está.

As CEBs estão conscientes de que não são um partido político, mas têm suas simpatias políticas por partidos de oposição e de versão socialista. A presença política das comunidades se dá explicitamente no momento de se perceber a necessidade de um serviço concreto em favor dos oprimidos numa perspectiva mais ampla, levando em consideração a dimensão do grau de

poder e organização que as CEBs possuem até aquele momento.

É importante que fique claro que se, por um lado, as CEBs se abrem aos problemas sociais globais (revelando sua organização não só espiritual mas também política), por outro lado, estão cientes de sua raiz eclesial.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Comunidades Eclesiais de Base possuem o objetivo de criar e fomentar o espírito cristão de amor a Deus e ao próximo tendo como característica de sua identidade. Nas palavras de João Paulo II, “sua base é de caráter nitidamente eclesial e não meramente sociológico ou outro”.

Além disso, a concepção de lugar e a existência das CEB's verifica-se que a pessoa humana tem a capacidade de ser de existir e ter uma relação de serventia, que ultrapassa o caráter subjetivo, permeando uma relação existencial e concreta com o lugar, ou seja, ele existe, esta ali, e se faz necessário ações concretas que modifiquem as realidades ali encontradas. Não pode-se deixar de ressaltar que a ideologia permeada pelas CEB's é a teologia da libertação.

## REFERÊNCIAS

BOFF, L. **A Igreja se fez Povo**. São Paulo: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Contribuição da eclesiogênese brasileira à Igreja universal.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 81-82.

\_\_\_\_\_. **Igreja, carisma e poder:** ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

**PORTILLA, M. L. A Visão dos vencidos:** a tragédia da conquista narrada pelos astecas. Porto Alegre: L&PM, 1998.